

Caderno  
de  
Questões!

Julho 2

2023



**ALEXANDRE  
ASSESSORIA**

TREINAMENTO PESSOAL

Conselho  
Tutelar  
Ibiporã-Pr

*Você pode mais! Acredite e vá em frente!*



Nome do candidato:	CPF:
Endereço:	Telefone:

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

- O candidato receberá do instrutor: Um Caderno de Questões contendo 30 (trinta) questões objetivas de múltipla escolha. Uma Folha de Respostas personalizada para a Prova Objetiva. E um Gabarito.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou borrões. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**
- O tempo total de aplicação da Prova terá a duração de 4h (quatro horas), incluindo o tempo para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva, e Gabarito.
- Iniciada a Prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridas 1h (uma hora) de prova, devendo, ao sair, entregar ao instrutor, obrigatoriamente, o Caderno de Questões e a Folha de Respostas da Prova Objetiva. A Folha de Respostas da Prova Objetiva será o único documento válido para correção. O candidato somente poderá levar o Caderno de Questões da Prova Objetiva depois de decorridos 1 hora e 30 minutos do tempo total da prova. O acesso aos banheiros será liberado depois de decorridos 30 minutos do início da avaliação.
- Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos. Ao adentrar a sala de aplicação o candidato receberá um recipiente plástico no qual deverá alocar os objetos citados e lacra-lo, o mesmo só deverá ser aberto após o término da prova e liberação do candidato.
- Caso o candidato esteja exercendo a função de Conselheiro (a) Tutelar no presente curso, e esteja no dia da prova em regime de plantão/sobreaviso estando responsável por celular do órgão, este deve comunicar o fato de imediato ao fiscal/aplicador da prova. Neste caso o celular não será inserido no recipiente plástico, devendo ser entregue ao fiscal/aplicador, ficando em espaço reservado. No atendimento das ligações (se houver) será acompanhada por fiscal, devendo ocorrer em ambiente externo com distância mínima de 20 metros do local de aplicação da prova. Havendo necessidade de saída para atendimento imediato, este deverá ser justificado com a apresentação de documentos comprobatórios no prazo de 24 horas, sob-risco de eliminação. Havendo apresentado os documentos comprobatórios, e sendo estes validados pela Comissão Especial Eleitoral, este será convidado a apresentar-se mediante dia, local e hora marcada para a conclusão da prova a qual seguirá integralmente o rito transcorrido na presente avaliação.
- Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso. Se no decorrer do percurso for detectado que o candidato está portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do processo.
- O candidato, ao terminar a prova, deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova, não podendo permanecer nas dependências deste, sob-risco de eliminação.

Recorte Aqui \_\_\_\_\_ Recorte Aqui

*Espaço reservado para anotação das respostas - O candidato poderá destacar e levar para conferência!*

Nome do Candidato:

CPF:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	28	30

Recorte Aqui -----Recorte Aqui

*Espaço reservado para anotação das respostas - O candidato poderá destacar e levar para conferência!*

1. Quando da sua promulgação, o Estatuto da Criança e do Adolescente foi um importante avanço em matéria de infância e juventude. Revogando o Decreto 17.943 - A de 1927, bem como a Lei 6.697 de 1968, os chamados de Códigos de Menores, estes possuíam em sua síntese como prerrogativa de execução o “Princípio da Situação Irregular” vigência na época. O Estatuto da Criança e do Adolescente em razão de sua promulgação estabelece a doutrina da Proteção Integral tendo como síntese de execução qual princípio?
  - a. Princípio da Liberdade Assistida;
  - b. Princípio da Seguridade Social;
  - c. Princípio da Prioridade Absoluta;
  - d. Princípio do Desenvolvimento Integral.

---
2. Marque o texto que corresponde corretamente à lacuna. O Art. 22. Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir \_\_\_\_\_?
  - a. As determinações judiciais;
  - b. As vontades pessoais;
  - c. As medidas socioeducativas;
  - d. Os ofícios de filiação.

---
3. Versa sobre o embaraço da função de conselheiro tutelar. Assinale a opção que corresponde o artigo correto:
  - a. Art. 101 do ECA;
  - b. Art. 151 do ECA;
  - c. Art. 236 do ECA;
  - d. Art. 18-B do ECA.

---

4. O artigo 249 do ECA prevê pena de multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência, para a pessoa ou representante de instituição que:
- Hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável;
  - Transportar criança ou adolescente, por qualquer meio, com inobservância do disposto nos arts. 83, 84 e 85 desta Lei;
  - Transmitir, através de rádio ou televisão, espetáculo ou sem aviso de sua classificação;
  - Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar.
- 

5. Com base no Art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente e para efeito da referida Lei são considerados crianças e adolescentes? Assinale a assertiva correta:
- Considera-se criança a pessoa entre um a dez anos de idade e adolescente a pessoa entre onze a dezoito anos.
  - Considera-se criança a pessoa de zero (inclusive em gestação) a doze anos completos, e adolescente aqueles que tiverem treze a dezoito completos.
  - Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompleto, e adolescente aquela entre doze e vinte e um anos de idade nos termos da lei.
  - Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompleto, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- 

6. Analise as disposições a seguir e marque a alternativa que corresponde à opção correta.

A garantia de prioridade compreende:

- 1 - primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- 2 - preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- 3 - garantia de cuidados, com atenção as necessidades específicas;
- 4 - destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;

- ( ) 1, 2 e 4 estão corretas;
  - ( ) 2, 3 e 4 estão corretas;
  - ( ) 1, 3 e 4 estão corretas;
  - ( ) nenhuma das afirmativas.
-

7. A Lei 13.798 de 2019 trouxe nova redação ao ECA, mais especificamente acrescenta o Art. 8º-A instituindo então a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, devendo ser realizada anualmente na?
- Semana que incluir o dia 1º de fevereiro;
  - Terceira semana do mês de Setembro;
  - Segunda semana do mês de Julho;
  - Semana que incluir o dia 18 de Maio.
- 

8. A Lei 14.154 de 2021 altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para aperfeiçoar o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN) estabelecendo o rol mínimo de doenças a serem rastreadas pelo?
- Pré-natal;
  - Teste do Pezinho;
  - Teste do Ouvidinho;
  - Aleitamento Materno.
- 

9. Observado o disposto no Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados á (ao):
- Ministério Público para instrução e responsabilização;
  - Equipe técnica multidisciplinar do fórum ou comarca responsável;
  - Conselho Tutelar da respectiva localidade;
  - Centro de monitoramento de denúncias.
- 

10. Assinale a assertiva correta! Entre outros o direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:
- Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
  - Brincar, praticar esportes e divertir-se;
  - Buscar refúgio, auxílio e orientação;
  - Todas as alternativas estão corretas.
- 

11. Leia o texto a seguir e assinale a opção que corresponde corretamente a lacuna: “Art. 18. É dever \_\_\_\_\_ velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.”.
- Da família;
  - Da sociedade;
  - Do estado;
  - De todos.

- 
12. A Lei 13.010 de 2014, reconhecida nacionalmente como Lei do menino Bernardo, promoveu alterações relevantes no Estatuto da Criança e do Adolescente, entre essas alterações, trás a distinção dos termos castigo físico e tratamento cruel ou degradante, dadas as alterações, conforme disposição do Art. 18-A considera-se castigo físico ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada sobre a criança ou o adolescente que resulte em:
- Constrangimento;
  - Sofrimento físico ou lesão;
  - Ameaça ou risco integridade;
  - Raiva, sentimento de vingança.

- 
13. Sem prejuízo de outras providências legais, as medidas que alude o Art. 18-B do Estatuto da Criança e do Adolescente são aplicadas pelo?
- Poder judiciário;
  - Delegado de polícia;
  - Comissário da infância e Juventude;
  - Conselho Tutelar.

- 
14. O Art. 19 da lei 8069/90 garante a convivência familiar e comunitária a criança e ao adolescente, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. Em se tratando da condição de excepcionalidade imposta no referido artigo. Este se refere á:
- Família natural;
  - Família extensa/ampliada;
  - Família substituta;
  - Nenhuma das afirmações.

- 
15. Dispõe sobre a competência territorial do Conselho Tutelar. Assinale a alternativa correta:
- Art. 131 do ECA;
  - Art. 147 do ECA;
  - Art. 101 do ECA;
  - Art. 231 do ECA.

- 
16. Por força de Lei (Art. 19 ECA), toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela

possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 da referida Lei (guarda, tutela ou adoção). De quanto em quanto tempo deve ocorrer esta reavaliação?

- a. A cada três meses;
  - b. A cada dois anos;
  - c. A cada Seis meses;
  - d. A cada dezoito meses.
- 

17. Observando o Art. 107. A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinenti comunicados à:

- a. Conselho Tutelar da localidade;
  - b. Autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada;
  - c. Auditor Fiscal do Trabalho;
  - d. Defensoria Pública.
- 

18. Avalie as preposições e assinale a alternativa correta.

- 1. As medidas de Acolhimento Institucional e Familiar são medidas temporárias e excepcionais;
  - 2. Sendo assim a manutenção ou a reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência;
- a. Letras A e B estão erradas;
  - b. Letra A está correta e letra B está errada;
  - c. Letra A está errada e letra B está correta;
  - d. Letras A e B estão corretas;
- 

19. Já havendo desejo e manifestação de entrega da criança. E na hipótese de não comparecerem à audiência nem o genitor nem representante da família extensa para confirmar a intenção de exercer o poder familiar ou a guarda, a autoridade judiciária:

- a. Remarcará nova data onde ambos possam se fazer presentes, seguindo rito processual;
  - b. Manterá o poder familiar dos pais, devendo a colocação da criança sob a guarda provisória de quem esteja habilitado a adotá-la ser adiada.
  - c. Decretará insuficiência processual, devendo os mesmos comparecer por meio de Mandado de Busca e Apreensão.
  - d. Suspenderá o poder familiar da mãe, e a criança será colocada sob a guarda provisória de quem esteja habilitado a adotá-la.
- 

20. Avalie as preposições e assinale a alternativa correta.

1. Serão cadastrados para adoção recém-nascidos e crianças acolhidas não procuradas por suas famílias no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir do dia do acolhimento.
  2. Serão cadastrados para adoção todas as crianças e adolescentes acolhidas, incluindo recém-nascidos, contado a partir do dia do acolhimento.
- a. Alternativas 1 e 2 estão erradas;
  - b. Somente a alternativa 1 está correta;
  - c. Somente a Alternativa 2 está correta;
  - d. Alternativas 1 e 2 estão corretas;
- 

21. No tocante a falta ou a carência de recursos materiais relacionados à criança e ao adolescente e em atenção à aplicação de medida de Acolhimento, considera-se:
- a. A necessidade de aplicação imediata de Acolhimento Institucional e ou Familiar.
  - b. Não ser situação suficiente para a decretação da medida, e que também não carece de atenção do Conselho Tutelar ou Sistema de Garantia de Direitos.
  - c. Não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão poder familiar, e não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em serviços e programas oficiais de proteção, apoio e promoção.
  - d. Constitui-se como motivo suficientemente capaz de decretar a medida, bem como necessária para a regularização de guarda em ambiente capaz de lhe promover a condição mínima de subsistência.
- 

22. Entende-se por família natural a:
- a. A comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.
  - b. A comunidade formada por ascendentes e colaterais até terceiro grau.
  - c. A comunidade formada pelos responsáveis independentemente de regularização de guarda.
  - d. A comunidade formada por pessoas com quem a criança ou adolescente possuam vínculos consanguíneos ou afetivos, podendo ser padrinhos e madrinhas ou vizinhos com os quais se assemelhem ou se identifiquem.
- 

23. Analise as preposições e marque a assertiva correta. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

I - maus-tratos envolvendo seus alunos;



II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III - elevados níveis de repetência;

IV – toda e qualquer situação referentes a crianças e adolescentes, inclusive quando tratar-se de indisciplina e atos infracionais.

- a. As alternativas I, II e IV estão corretas;
- b. Apenas a alternativa IV está correta;
- c. As alternativas I, II e III estão corretas;
- d. Nenhuma das alternativas;

---

24. No tocante ao Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer. É direito dos pais:

- a. Assistir aos filhos em todo o tempo, podendo inclusive participar da semana de iniciação educacional, ficando em sala com os filhos em idade da primeira infância.
- b. Adentrar e se ausentar, bem com transitar livremente sempre que preciso em todos os ambientes do sistema escolar.
- c. Questionar e contestar os critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- d. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

---

25. Assinale a opção que corresponde corretamente à lacuna. O dirigente de entidade que desenvolve programa de acolhimento institucional é equiparado \_\_\_\_\_, para todos os efeitos de direito.

- a. Ao Conselho Tutelar;
- b. Ao Oficial de Justiça;
- c. Ao Guardião;
- d. Ao Juiz da Infância;

---

26. A atribuição de fiscalizar remetida ao Conselho Tutelar elencada no Art. 95 do ECA diz respeito á:

- a. Fiscalizar bares, festas e eventos;
- b. Fiscalizar entidades governamentais e não governamentais referidas no Art. 90.
- c. Fiscalizar vias públicas, semáforos e estacionamentos públicos e privados, com fulcro a evitar ou diminuir as situações de mendicância.
- d. Fiscalizar empresas nos casos relacionados à exploração do trabalho infantil.

---

27. Não compõe a lista de agentes violadores observando o texto descrito no Art. 98 do ECA:

- a. Sociedade e Estado;
- b. Pais e ou responsável;
- c. Própria criança ou adolescente;
- d. Estatuto da criança e do adolescente;

---

28. Assinale a alternativa contendo o artigo que especifica os princípios que regem a aplicação de medidas de proteção referentes às crianças e aos adolescentes:

- a. Art. 129;
- b. Art. 100;
- c. Art. 170;
- d. Art. 136.

---

29. Assinale a opção que corresponde corretamente à lacuna. Art. 131. O Conselho Tutelar é órgão \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

- a. Permanente, autônomo, não jurisdicional;
- b. Fixo, aleatório, de juízo;
- c. Temporário, normativo, não jurídico;
- d. Alternativo, suspensivo, não ministerial.

---

30. São atribuições do Conselho Tutelar com exceção de:

- a. Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;
- b. Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
- c. Determinar curatela ou guarda sob-regulação de colegiado;
- d. Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.